

## XVII ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

*Emprego, Desenvolvimento e Coesão Social: Que perspetivas para a regulação económica e social?*  
23 e 24 de Novembro 2017 :: Escola Superior de Ciências Empresariais-Instituto Politécnico de Setúbal  
Tema 8) O papel do 3º setor e a economia social e solidária

### **As empresas sociais de inserção na promoção do emprego e inclusão social a partir de estudos de caso europeus**

*Carlota Quintão*  
[carlotaquintao@gmail.com](mailto:carlotaquintao@gmail.com)  
Associação A3S

*Ana Luisa Martinho*  
[anamartinho@iscap.ipp.pt](mailto:anamartinho@iscap.ipp.pt)  
CEOS. PP - Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto

*Mafalda Gomes*  
[maffagomes@gmail.com](mailto:maffagomes@gmail.com)  
Associação A3S

### **Resumo**

As WISE (work integration social enterprise) - empresas sociais de inserção pelo trabalho - são organizações economicamente produtivas nos mercados de bens e serviços, com missão social e com propósito de inserção profissional de públicos em situação de vulnerabilidade face à pobreza e exclusão social. Num contexto nacional, marcado pela extinção da legislação da medida de política ativa de emprego e por uma ausência de política eficaz de integração destes públicos, a análise de modelos europeus, distintos e complementares, revela-se essencial para equacionar a intervenção e impacte destas empresas sociais no domínio do emprego e da inclusão social. Com base em 10 estudos de casos realizados em cinco países europeus (Áustria, Bélgica, Itália, Portugal e Reino Unido), analisamos e comparamos cada WISE enquanto exemplo de inovação social. O estudo enquadra-se nas tradições teóricas de abordagem às empresas sociais iniciadas na década de 1990 na União Europeia. Através de uma investigação-ação refletiu-se sobre as especificidades das WISE, identificando boas práticas e equacionando-as à luz do paradigma da inovação social. A amostra intencional de dois estudos de caso por país permitiu categorizar três modelos: i) modelo de transição para o mercado de trabalho regular; ii) modelo de emprego permanente; iii) modelo cooperativo de autoemprego.

**Palavras-chave:** modelos de intervenção para a empregabilidade, WISE, inovação social,

#### **1. A afirmação das WISE no contexto de afirmação de “uma nova economia social”**

O setor da economia social agrega vários formatos de organizações cujo fim último consiste em contribuir para a capacitação das pessoas e dos seus contextos. As empresas sociais, mais especificamente, resultam do clima de contestação social e da crise económica internacional do final da década de 1970 e são entendidas como “iniciativas que incorporam ou são criadas por pessoas procedentes da exclusão e do desemprego e que produzem bens e serviços e que vendem ao mercado público e privado, obtendo resultados que não se utilizam para o lucro pessoal ou para remunerar o capital” (Estivill, Bernier e Valadou;1997, p.20). Para estes autores as

empresas sociais são iniciativas da sociedade civil organizada, que renovam e inovam as formas associativas e cooperativas da tradicional economia social, centradas sobre o trabalho.

A afirmação deste tipo específico de empresas sociais, também designadas de uma nova economia social (Defourny, Favreau e Laville, 1998), bem como a criação da Rede Europeia EMES (European Research Network) veio desempenhar um papel fundamental na caracterização teórica do fenómeno e no reconhecimento das empresas sociais. De acordo com a Comissão Europeia (2013), embora heterógenas, as empresas sociais sustentam-se em quatro princípios que compreendem i) a integração pelo trabalho, ii) a prestação de serviços sociais, iii) o desenvolvimento endógeno e iv) sustentável, ao nível do ambiente, do consumo e de inovação, por exemplo. Resumidamente, para a EMES as empresas sociais são “organizações privadas, autónomas, que fornecem produtos ou serviços com o objetivo explícito de beneficiar a comunidade, são detidas e geridas por um grupo de cidadãos e o interesse material dos investidores é sujeito a limites (...), estando proibidas legalmente de distribuir lucros ou sendo estruturadas de forma a excluir o lucro como objetivo principal” (Borzaga, Galera e Nogales, 2008, p.5). A sua tipologia propõe que uma empresa social deve respeitar critérios sociais, económicos e de governança participativa.

Nos últimos anos, emergiu um intenso debate, a nível nacional e europeu, acompanhando os desafios colocados pelo reconhecimento do empreendedorismo social e da inovação social na Europa (Spear, 2013) e em Portugal (Parente, 2014) na agenda política para a Estratégia Europa 2020 e na investigação desenvolvida pela EMES, sobre o empreendedorismo social de inovação.

As WISE - em português “empresas de inserção pelo trabalho” - em particular, emergem enquanto empresas economicamente produtivas nos mercados de bens e serviços (nos mais diversos sectores de atividade económica), cuja missão é social, e reside na integração no mercado de trabalho de públicos em situação de desfavorecimento e vulnerabilidade à pobreza e exclusão social (Davister, Defourny e Gregoire, 2004). Nesta abordagem, as WISE são organizações sociais com a missão distinta de integrar pessoas desfavorecidas no mercado de trabalho. Revelam uma forte dimensão pedagógica na medida em que apostam em estratégias de empoderamento e qualificação dos beneficiários (AERESS e FAEDEI, 2014), não raras vezes, em articulação estreita com organizações congéneres ou do Estado. As WISE constituem

instrumentos de elevado potencial de impacte na luta contra a pobreza e exclusão social e cuja história de evolução as permite enquadrar como um exemplo de modelo de inovação social (Nyssens, 2006).

Entendemos que a inovação social, embora seja um conceito complexo, relaciona-se de forma estreita com a intervenção social, potenciadora de transformações nas pessoas, nas comunidades e nas organizações (Parente e Quintão, 2014). Entendida como processo mas também como resultado a inovação social implica, respetivamente, por um lado, a resposta a necessidades efetivas e auto declaradas pelas pessoas, e por outro, o cumprimento do princípio da escalabilidade, alcance e replicabilidade (Nilsson, 2003; Caulier-Grice *et al.*, 2012; Martinho *et al.*, 2014). As WISE prefiguram assim, de acordo com este conceito de inovação social e com os critérios da nova perspetiva paradigmática assumida pela Estratégia Europa 2020, um modelo de intervenção (ou conjunto heterogéneo de modelos no contexto dos países europeus) o qual tem verificado uma elevada replicação e diversificação desde 1980.

Do ponto de vista da luta contra a pobreza e exclusão social, estas organizações representam um caminho de intervenção junto dos indivíduos mas também junto dos das comunidades locais, da economia social e solidária e representam uma alternativa e complemento papel expectável do Estado e do mercado. A economia social emerge como ator da luta contra a pobreza com um papel acrescido (Estivill,2003).

Esta conceção enfatiza dimensões do fenómeno de emergência destas empresas tais como a sua fronteira com a economia informal de base comunitária, a auto determinação ou a autogestão. Valores tributários das origens do movimento cooperativo que são hoje a tónica distintiva da chamada ‘economia solidária’. Este conceito, com crescente expressão no sul da Europa e com forte expressão na América Latina (Vieira, Parente e Barbosa, 2017; Parente e Quintão, 2014), dá conta de uma outra economia emergente e difusa que tende a assumir uma posição política explícita de recusa do sistema capitalista e que pode ser examinada como uma “reformatação da lógica mercantilista numa lógica económica que amalgama o económico e o social: ela é uma economia dinâmica e inovadora que, simultaneamente, também possibilita uma reforma social, uma sociedade justa (Lisboa, 2005,p.13).

Partindo destes contributos teóricos procuramos compreender e refletir, a partir de três níveis de análise: i) sob uma perspetiva macro, acerca das especificidades e desafios das WISE em países com tradições heterógenas de afirmação e consolidação do setor da economia social, das empresas sociais e em particular das WISE; ii) com a problematização, ao nível meso, de exemplos específicos de práticas e estratégias organizacionais de WISE e organizações promotoras de WISE e, iii) a um nível micro, do papel, representações e influência dos vários intervenientes destas empresas. Procuramos assim uma análise combinada, em que as WISE são percecionadas sempre como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social.

## 2. Metodologia de investigação ação assente numa parceria de aprendizagem mútua

Este artigo resulta de uma análise mais profunda e reflexiva acerca dos conteúdos e resultados do estudo produzido no âmbito do projeto europeu “Fortalecer os perfis profissionais emergentes no terceiro setor – uma via para promover pontes inovadoras para o trabalho e inclusão social de grupos desfavorecidos”<sup>1</sup>, no contexto da União Europeia (U.E). A pesquisa teve como propósito compreender as especificidades<sup>2</sup> e desafios das WISE<sup>3</sup> em cinco países da União Europeia. Para isso procurou-se identificar as principais características destas organizações os desafios dos seus profissionais ao nível do *coaching* e *marketing*. Centramos a análise e recolha de informação, entre 2014 e 2016, nos seguintes países: Áustria, Bélgica, Itália, Portugal e Reino Unido.

A abordagem exploratória que seguimos assentou em dois princípios chave: o da investigação-ação em torno de estudos de caso nos cinco países e o de uma metodologia de *workstream*<sup>4</sup> capitalizando o conhecimento, a experiência e a reflexão partilhada entre os parceiros<sup>5</sup>, por via de reuniões presenciais e participação em eventos de divulgação e discussão nacionais e internacionais sobre a temática. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as WISE nos 5 países europeus já mencionados. Procedeu-se igualmente à construção de uma amostra

---

<sup>1</sup>Projeto europeu, coordenado pela Associação A3S, financiado pelo Erasmus+, Ação chave 2, que decorreu entre Novembro de 2014 e Outubro 2016.

<sup>2</sup> Na sua maioria já documentadas na literatura sobre a temática, principalmente a partir dos seguintes estudos: Estivill, Bernier e Valadou, 1997; Spear e Bidet, 2003; Quintão, 2007; Progresse Programme, 2013.

<sup>3</sup>Acrónimo em inglês de *work integration social enterprises*.

<sup>4</sup> Conjunto de atividades que contribuem para todos os resultados do projeto, baseado numa metodologia de parceria e de aprendizagem mútua.

<sup>5</sup> Associação A3S (Portugal), ARBEIT PLUS (Áustria), ENSIE – European Network of Social Integration Enterprises (Bélgica), SCF – ScuolaCentrale de Formazione (Itália) e Social Enterprise Europe (Reino Unido).

intencional de 10 estudos de caso, 2 em cada país. Neste sentido, perspetivamos os estudos de caso enquanto ferramentas empíricas de um fenómeno concreto, as WISE, através de diversos instrumentos de recolha de informação, num esforço metodológico de responder às perguntas “como?” e “porquê?” (Yin, 1994). O critério fundamental de escolha dos casos foi o seu carácter exemplificador dos perfis profissionais de *coaching* e *marketing* no país<sup>6</sup>. Tais casos não representavam necessariamente boas práticas, mas sim exemplos concretos das estratégias operacionalizadas nesses países.

Procedeu-se, em cada estudo de caso, à análise de documentos, de informação estatística e de referências bibliográfica e à aplicação de entrevistas semi estruturadas, partindo do pressuposto teórico que os entrevistados relatam factos e perspetivas com maior comodidade num contexto de entrevistas com um grau ajustado de estruturação (Flick, 2004), com membros da direção das WISE ou organizações promotoras de WISE, técnicos de recrutamento e acompanhamento e outros profissionais.

**Quadro 1** – Perfil dos profissionais entrevistados

Caso	Sexo		Função
	H	M	
A	x		Diretor Geral
	x		Pedagogo Social
B	x		Diretor Geral
C	x		Diretor Geral
D	x		Técnico de Recursos Humanos
	x		Diretor de Relações Externas
		x	Técnica de Formação e Comunicação
E	x		Presidente
F	x		Especialista em projetos
		x	Operador
G		x	Diretor Executivo
		x	Responsável do Departamento de Recursos Humanos
H		x	Diretor Executivo
I	x		Cofundador
		x	Investigador
J	x		Diretor Geral
Sub-total	10	6	
Total		16	

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento deste objetivo do projeto consultar a comunicação: “Perfil profissional emergente de coaching para a inserção de públicos em situação de vulnerabilidade” da autoria de Carlota Quintão, Ana Luisa Martinho e Mafalda Gomes presente nas atas do XVII Encontro Nacional SIOT “Emprego, desenvolvimento e coesão social: Que perspetivas para a regulação económica e social”, ESCE – Instituto Politécnico de Setúbal, 23 e 24 Novembro 2017.

Entrevistamos um total de 16 profissionais, sendo que em metade dos casos foram auscultados mais do que um profissional das organizações em estudo (Caso A, Caso D, Caso F, Caso G e Caso I). Constatamos, no total, seis entrevistados do sexo feminino e 10 do sexo masculino. A maioria destes entrevistados (n=9) com cargos de gestão e direção, três com funções de acompanhamento direto dos beneficiários ao longo do seu itinerário, dois da área do recrutamento e com funções de gestão de recursos humanos em organizações promotoras de WISE e dois profissionais da área da investigação com finalidades de acompanhamento e pesquisa sobre as práticas da organização.

Tratando-se de uma investigação-ação, após a sistematização do conjunto de informação recolhida, foram realizados numa fase intermédia, eventos de divulgação e discussão pública em cada país parceiro com foco na discussão e validação dos resultados preliminares do estudo. Para esse efeito, foram convidados *stakeholders* chave que comentaram e contribuíram com sugestões específicas e registadas por anotadores. Tais contributos foram posteriormente analisados e integrados de forma ajustada. Em Portugal ocorreu ainda um workshop formativo destinado a profissionais do setor em se debaterem principalmente preocupações, desafios e constrangimentos práticos relacionados com os itinerários de inclusão pelo trabalho de públicos em situação de vulnerabilidade.

### **3. Características dos estudos de caso**

Expomos de seguida, sumariamente, as principais características dos 10 estudos de caso examinados, com a ressalva que algumas das organizações são WISE em si mesmas outras são organizações prestadoras de serviços sociais sendo simultaneamente promotoras de WISE. Exemplo disso são os casos portugueses G e H, cuja implementação e gestão da WISE é promovida por entidades da economia social, dedicadas primeiramente a actividades de prestação de serviços de utilidade pública nas áreas social, da educação e/ou da saúde.

Constata-se uma relativa heterogeneidade nos casos em termos da longevidade, em particular dos casos belgas, e no caso A da Áustria, com um tempo de existência comparativamente superior aos restantes que apresentam uma criação mais recente, no limiar ou no pós início do século XXI. A dimensão das organizações que integram WISE em termos dos trabalhadores é também variável, a maioria (7 casos) apresenta uma dimensão de pequena empresa com 34 ou menos

trabalhadores, um outro grupo (3 casos) apresenta uma dimensão média (entre 116 a 365 trabalhadores) e um caso, tendo em conta a dimensão das anteriores, uma dimensão significativa, com mais de 2000 trabalhadores.

**Quadro 2-** Amostra intencional de 10 estudos de casos em WISE de 5 países europeus

País	Estudo de caso	Data de fundação	Nº de trab	Perfil dos beneficiários	Setor de atividade
Áustria	A	1989	34	Jovens (15-25 anos) em desemprego de longa duração	Venda e reparação de bicicletas
	B	2001	2095	Desempregados de longa duração	Leasing de força de trabalho (não lucrativo) WISE: limpeza; construção; restaurantes e catering; lavandaria; serviços TIC
Bélgica	C	1984	365	Desempregados de longa duração e pessoas com baixos níveis de escolaridade	Serviços de engomar; apoio domiciliário; manutenção de casas e jardins; serviços de renovação ecológicos; catering; limpezas.
	D	1949	450 <sup>a)</sup>	Desempregados de longa duração e pessoas com baixos níveis de escolaridade	Recolha, seleção e reciclagem; transportes; alojamento social; construção; apoio a parceiros do Sul (América Latina e África)
Itália	E	1998	10	Pessoas com mobilidade reduzida	Design gráfico e impressão
	F	2010	15	Pessoas com incapacidades físicas reconhecidas	Replicação do modelo Belga e Francês de transição para o mercado de trabalho dentro articulado com consórcios de organizações
Portugal	G	2008	12 <sup>b)</sup>	Pessoas com baixo nível de escolaridade	Agricultura
	H	1999	116 <sup>c)</sup>	Pessoas com baixo nível de escolaridade	Apoio domiciliário
Reino Unido	I	2007	25	Adultos com dificuldades de aprendizagem	Formação e apoio técnico especializado a adultos com dificuldades de aprendizagem
	J	2008	9	Adultos com dificuldades de aprendizagem e /ou doença mental	Cooperativa de marketing e apoio ao auto emprego em diferentes áreas económicas

a) Destes 450, 100 integram os itinerários de formação e capacitação profissional

b) Não existem diferenças significativas entre os trabalhadores formais da organização promotora de WISE e os trabalhadores em processo de formação

c) Destes 116, 25 integram os itinerários de formação e capacitação profissional

O perfil tipo dos beneficiários que integram estes itinerários de formação associa-se a situações de desemprego de longa duração – como os casos da Áustria e da Bélgica - e de baixos recursos educacionais – também nos casos belgas e ainda nos casos portugueses. Na Itália e no Reino

Unido constata-se uma preocupação em integrar pessoas com algum tipo de incapacidade; no caso italiano isso traduz-se em incapacidades sobretudo físicas e no Reino Unido, dificuldades de aprendizagens frequentemente associadas a um diagnóstico prévio de doença mental.

A diversidade dos casos é igualmente patente no tipo atividades que estas organizações desenvolvem. Observa-se a prestação de serviços na área do apoio domiciliário e da limpeza e manutenção de espaços, a formação profissional e serviços especializados, por exemplo, de reciclagem, de venda de bicicletas e *design*. De salientar a preocupação social e ambiental relacionada com o tipo de atividade desenvolvidos pelos estudos de caso estudados.

#### **4. Os três modelos de WISE**

O levantamento e análise bibliográfica realizada nesta investigação aponta para semelhanças entre a Áustria, a Bélgica e a Itália. Estes são países onde as WISE apresentam tradições históricas mais longas e organização corporativa mais forte e estão mais institucionalizadas. No entanto, os modelos de integração do trabalho variam substancialmente entre países. Por exemplo, na Áustria o conceito de empresa social não possui uma definição formal e tem vindo a ser entendida como WISE (CIRIEC,2012; Mathis, 2014). As empresas sociais são perspetivadas enquanto organizações com uma missão social mas com um certo grau de orientação para o mercado e há uma forte intervenção do governo em políticas e financiamento, com foco claro no modelo de transição para o mercado de trabalho regular (idem).

Na Bélgica os conceitos variam consoante a região do país, em particular entre a região de Flandres e a região da Valónia (Velden, 2014). O conceito de economia social está de facto mais disseminado do que o de empresa social, em particular em Valónia, região que integram os dois estudos de caso e onde existe um forte movimento de economia social e uma forte parceria com o Estado.

As organizações da economia social, em Itália, usufruem de um nível moderado de reconhecimento, sendo um conceito utilizado conjuntamente com outros. Por sua vez, o conceito de empresas sociais está bastante consolidado. Na Itália existe uma forte tradição de trabalhar em parcerias intersectoriais (estado, mercado e cooperativas sociais) para o desenvolvimento local e para a integração de grupos desfavorecidos (Borzaga e Loss, 2006). Detém igualmente uma rede



consolidada e consórcios com entidades locais, estas conectadas com organismos nacionais (Chirico, 2014). Estas iniciativas obtiveram reconhecimento legal com a aprovação institucional das cooperativas sociais, no qual se distingue as cooperativas sociais de tipo A e as cooperativas sociais de tipo B. As cooperativas de integração social pelo trabalho italianas, de tipo B, aproximam-se ao conceito europeu de WISE (Borzaga e Loss, 2006).

Portugal e o Reino Unido emergem como exemplos singulares por diferentes razões e opostos, em alguns aspetos. Por exemplo, o alto nível de dinamismo no campo do empreendedorismo social no Reino Unido e baixo em Portugal, e regulamento de *top down* do Estado em Portugal e desregulamentação estatal no Reino Unido. No Reino Unido, há um empreendedorismo social vibrante em diversas atividades, incluindo a procura de novas soluções para a integração do trabalho de grupos desfavorecidos, simultaneamente com o compromisso decrescente do Estado (Stroyan, 2014).

Portugal tem uma situação única. Tendo tido uma lei de WISE em 1998, a Portaria n.º 348-A/98, uma réplica do modelo francês de empresas de inserção, sem o ajustamento à realidade do contexto nacional, um modelo de implementação top-down, estimuladas pelo setor público com previsão de implementação pelas organizações da economia social (Quintão, 2007). As empresas de inserção encontram hoje uma situação em que a lei foi abolida no início de 2015. A cooperação frágil entre economia social e falta de cultura para a integração do trabalho, contribuiu para o enfraquecimento desta medida, bem como a inexistência de redes consolidadas de empresas de inserção. Fruto dessa necessidade, foi criada, em 2011, a RESIT Portugal – Rede de Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho - uma rede informal *bottom up*, cujo propósito é a promoção do trabalho em rede com vista a potenciar a sinergia das ações de inserção profissional e de emprego de pessoas profissionalmente excluídas ou vulneráveis (em desvantagem biopsicossocial). Esta rede reúne atualmente dez organizações nacionais é o membro português da ENSIE - European Network of Social Integration Entreprises.

Ressalva-se a forte heterogeneidade dos modelos de acompanhamento, formação e integração na mercado de trabalho A amostra intencional de dois estudos de caso por país permitiu categorizar três modelos: i) modelo de transição para o mercado regular de emprego; ii) modelo de emprego permanente; iii) modelo cooperativo de autoemprego.

Quadro 3 – Modelos de integração das WISE

<b>Modelo de transição para o mercado regular de emprego</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Áustria</b> - Modelo assente na assinatura anual de contratos entre WISE e serviços regionais de emprego com especificação do número, perfil e tempo máxima de permanência (entre 3 a 9 meses) dos beneficiários, obrigando a taxas de sucesso mínimas de 30%.</li><li>• <b>Portugal</b> – Modelo com fase inicial de formação (até 6 meses), seguido de celebração de contrato de trabalho a com duração entre 6 e 24 meses com a organização promotora de WISE. No final do percurso de inserção a entidade promotora da WISE poderá contratar o trabalhador com o recurso um prémio (subsídio) de integração, ou contar com a competência do IEFP para novas respostas de integração profissional.</li><li>• <b>Reino Unido</b> – Modelo com forte ênfase no desenvolvimento de metodologias individualizadas de competências de adultos com dificuldades de aprendizagem tendo em vista a sua integração no mercado de trabalho regular, e paralelamente, trabalho sobre os contextos de integração destes indivíduos no suporte aos empregadores</li></ul>
<b>Modelo de emprego permanente</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Itália</b> – Modelo que assume a forma de cooperativa social de inserção com itinerários ajustados à medida do perfil do beneficiário. Embora historicamente as cooperativas sociais tendam a oferecer oportunidades de trabalho permanente, há novas experiências de introdução de modelos de transição por este modelo se assumir mais eficaz perante os grupos alvo mais jovens e em regiões ou sectores económicos onde o mercado de trabalho assume capacidade de absorver novos trabalhadores.</li><li>• <b>Bélgica</b> – Modelo apoiado em acompanhamento e formação (18 meses), havendo possibilidade do trabalhador ser contratado permanentemente dentro da própria empresa social ou em outro emprego, no mercado de trabalho regular</li></ul>
<b>Modelo cooperativo de autoemprego</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Reino Unido</b> – Modelo emergente de promoção do auto-emprego, dentro de um sistema colectivo e cooperativo de suporte, incubação e acompanhamento de ideias de micro negócios e percursos de inserção. Modelo sustentado pela recente reorientação das políticas de benefícios sociais para adultos com dificuldades de aprendizagem, passando do financiamento de serviços e organizações sociais, para a subsídio directa dos beneficiários.</li></ul>

No primeiro modelo, denominado “modelos de transição para o mercado de trabalho regular”, inserem-se os casos austríacos. No caso A é um modelo de transição para o mercado de trabalho regular ou para formação / educação, tendo em conta o perfil jovem dos beneficiários. O caso B é o modelo comercial de agências de trabalho temporário, mas com os objetivos e a missão das

WISE e de políticas públicas de emprego. É um considerado um caso de inovação social ao replicar um modelo do setor privado lucrativo a finalidades sociais.

Nesta categoria inserem-se também os casos portugueses, abordados mais a baixo, e o caso I, dirigido a adultos com dificuldades de aprendizagem e para os quais são desenvolvidas soluções individualizadas e à medida, bem como, em alguns casos, para as empresas do mercado de trabalho regular que os acolhem. Este caso tem a particularidade de intervir também diretamente junto os empregadores e colegas.

Nos “modelos de emprego permanente” inserem-se os dois casos belgas. O caso C intervém por via da criação de um posto de trabalho para os beneficiários, atuando em diversos setores econômicos, liderados pela missão de integração do trabalho e participação ativa na plataforma de valores e economia social. O caso D é um exemplo do desenvolvimento de uma política de gestão de recursos humanos democrática e participativa. Esta política e suas práticas fazem parte da via de integração para seus grupos-alvo, bem como para todos os trabalhadores do quadro e os novos em itinerário de inserção. Todos estão incluídos nos processos de tomada de decisões da organização. Este caso demonstra a capacidade de integração de um elevado número de pessoas num contexto de mercado de trabalho regular, embora dentro da WISE. Enquanto trabalhadores as pessoas são convidadas a envolver-se de forma participativa e democrática na gestão da vida da organização, e por esta via a desenvolver as competências de cidadania e a promover uma economia mais solidária.

Nesta categoria inserem-se também os casos italianos (Caso E e Caso F) com um modelo de integração do trabalho tradicionalmente seguido pelas cooperativas sociais tipo B (onde se incluem as WISE) com integração dos trabalhadores num formato de emprego permanente. Os casos ilustram o progresso na adaptação dos modelos de integração de trabalho. Nas regiões em que se baseiam (Veneto, Emilia Romagna, etc.), que tem um alto nível de desenvolvimento econômico e social, o modelo de transição (inicialmente desenvolvido na França e na Bélgica) é apropriado e adaptado, para um mercado de trabalho com potencial de absorção de mão-de-obra.

No último “modelo cooperativo de autoemprego” insere-se o caso J do Reino Unido e representa uma experiência de um modelo de integração de trabalho, com componentes muito distintas quando comparado a outros modelos. Trata-se de criar cooperativas com serviços de suporte,

incubação e acompanhamento de ideias de micro negócios e simultaneamente de acompanhamento dos percursos individuais de inserção. Os indivíduos podem prestar serviços e desenvolver pequenos negócios à medida das suas capacidades. Este modelo é sustentado pela recente reorientação das políticas de benefícios sociais para adultos com dificuldades de aprendizagem, passando do financiamento de serviços e organizações sociais, para a subsídio directa dos beneficiários. A colecta dos mesmos para a cooperativa de suporte permite a organização dos serviços e necessidades comuns aos diferentes membros.

Em Portugal, como já mencionado, a medida de empresas de inserção<sup>7</sup> foi extinta<sup>8</sup> e embora se tenha concretizado uma multiplicidade de experiências, o modelo oficial era o “modelo de transição para o mercado de trabalho”. O Caso G ilustra uma das tendências mais comuns da estrutura organizacional dos WISE em Portugal. O grande tamanho da instituição promotora da WISE permite absorver todos os beneficiários. O Caso H é um exemplo de gestão participada do itinerário dos beneficiários, de desenvolvimento local e proatividade para responder aos problemas de desemprego e as necessidades do mercado local de serviços.

Em Portugal a medida de empresas de inserção permitia “o desenvolvimento de competências através do exercício de uma atividade profissional a DLD e a pessoas em situação de desfavorecimento” (MTSS, 2007, p.32), a partir de apoios concedidos pelo IEFP. Em 2005 a EAPN e o IEFP identificaram 450 WISE e 334 organizações promotoras. Como foi apontado por vários autores a empresas de inserção constituíam um instrumento continuo e consolidado de formação, capacitação e transição para o mercado de trabalho (Quintão,2007; Caleiras, 2008; Perista e Nogueira, 2004). Não obstante as limitações do modelo implementado em Portugal e as respectivas necessidades de ajustamento, reconhecidas pelo próprio Governo propondo: “manter a proposta com ajustamento”, representou uma medida integrada de formação, qualificação e desenvolvimento de competências, que abrangeu um número significativo de beneficiários, cerca de 4.400 por ano (MTSS, 2007, p.32).

---

<sup>7</sup> Portaria n.º 348-A/98, de 16 de junho.

<sup>8</sup> Decreto-lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro.

## **Pistas de reflexão**

As WISE são instrumentos de combate à pobreza e a exclusão social, um subsector específico das organizações da economia social e solidária e, simultaneamente, de afirmação de modelos de capacitação e integração, por via do trabalho, de grupos em situação de vulnerabilidade.

Os estudos de caso examinados refletem a diversidade de experiências e práticas promovidas na União Europeia no domínio da empregabilidade de públicos que face a diferentes constrangimentos, seja o desemprego de longa duração, baixos níveis de escolaridade e incapacidade de ordem física e mental, ou outros. Estas organizações sociais emergem como um veículo promotor de igualdades, suprimindo problemas que o Estado não consegue resolver e atuando, não raras vezes, em parcerias e em prol da sustentabilidade social e ambiental e desenvolvimento endógeno, por via do seu setor de atividade e clientes que procurar abranger.

Algumas destas organizações representam assim exemplo de inovação social promovendo a eficácia nos seus resultados e inovação nos processos que aplicam, transformando não só os seus profissionais, beneficiários e comunidade envolvente, mas o próprio sector económico através de uma alternância de empregabilidade para pessoas que, de outra forma, estariam afastadas e marginalizadas.

Os modelos de integração do trabalho estão em constante evolução, É necessário encontrar formas de partilhar conhecimento, experiência e ferramentas, enquanto base para melhores resultados e mais inovação e replicação social. Assim, as estratégias para o desenvolvimento de iniciativas de aprendizagem a longo prazo devem incluir o debate em torno das WISE, a diversidade e o progresso na criação de soluções inovadoras para a integração do trabalho de grupos em situação de vulnerabilidade social.

As WISE são a única medida de política de emprego que permite um efectivo retorno aos sistemas de integração social (mercado de trabalho, protecção social, redes de relações sociais, acesso ao consumo, entre outros aspetos) das camadas mais desfavorecidas e afastadas do mercado de trabalho, mesmo nos casos em que no final de um percurso de inserção, os beneficiários ficam em situação de desemprego. Ainda assim, estão de regresso a uma situação economicamente ativa (redução da inatividade). As WISE assim como outras medidas integradas e consequentes de geração de trabalho digno e de cidadania são fundamentais no contexto

nacional. Importa aprender com a experiência anterior para construir novos enquadramentos, os quais permitam flexibilidade em função da natureza dos públicos e dos contextos socioeconómicos de enquadramento.

## **Bibliografia**

- AERESS; FAEDEI (2014), El Acompañamiento en las Empresas de Inserción, Retirado de: <http://www.faei.org/images/docs/documento49.pdf>
- Borzaga, Carlo; Loss, Monica (2006), Multiple goals and multi-stakeholder management in Italian social enterprises, in: Nyssens, Marthe (2006), *Social Enterprise*, London / New York: Routledge.
- Borzaga, Carlo; Nogales, Rocío; Giulia Galera (2008), *Social Enterprise: A New Model for Poverty Reduction and Employment Generation*, UNDP Bratislava Regional Center.
- Caleiras, Jorge (2008), A articulação das estratégias de emprego e inclusão social: um overview português, *Bridges for Inclusion*”, Comissão Europeia.
- Caulier-Grice, Julie; Davies, Anna ; Patrick, Rober; Norman, Will (2012), *Defining Social Innovation. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE)*, European Commission – 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research.
- Chirico, Stefania (org) (2014), *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe, Country report: Italy*, London: European Commission.
- CIRIEC (2012), *La economía social en la Unión Europea*, Bruxelles: CESE – Comité Económico y Social Europeo.
- Comissão Europeia (2013), *Social economy and social entrepreneurship*, European Commission.
- Davister, Catherine; Defourny, Jacques; Gregoire, Olivier (2004), *Work Integration Social Enterprises in the European Union: An Overview of Existing Models*, EMES Working Papers n° 04.
- Defourny, Jacques; Favreau, Louis ; Laville, Jean-Louis. (dir.) (1998), *Insertion et nouvelle économie sociale*, Paris: Editions Desclée de Brouwer.
- Estivill, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Estivill, Jordi; Bernier, Iain; Valadou, Christian (1997), *Las Empresas Sociales en Europa*, Barcelona: Hacer Editorial.
- Flick, Uwe (2004), *Introducción a la investigación cualitativa*, Madrid: Morata.
- Lisboa, Arnando (2005), *Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites*, *Revista de administração de empresas*, n°45, pp. 109 – 115.
- Martinho, Ana Luisa; Marcos, Vanessa; Parente, Cristina; Cruz, Sofia; Amador, Cláudia (2014), *Organizações com perfis de empreendedorismo social: os estudos de caso*, in *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, cap. 1, pp. 260 – 308.
- Mathis, Juliette (org) (2014), *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe, Country report: Austria*, London: European Commission.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007), *Proposta de Reforma das Políticas Activas de Emprego*. Lisboa, MTSS.
- Nilsson, W. O. (2003), *Social Innovation: An Exploration of the literature*, McGill University.
- Nyssens, Marthe (ed.) (2006), *Social Enterprise. At the crossroads of market, public policies and civil society*, London and New York: Routledge.

Parente Cristina; Quintão, Carlota (2014), Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social, in Empreendedorismo Social em Portugal, Porto, Universidade do Porto, cap. 1, pp. 11-70.

Parente, Cristina (2014), Empreendedorismo Social em Portugal, Porto, Universidade do Porto.

Perista, Heloísa; Nogueira, Susana (2006), Work integration social enterprises in Portugal: a tool for work integration? In Nyssens, Marthe (2006), Social Enterprise, London.

Progresse Programme (2013), A WISE way of working Work Integration Social Enterprises and their role in European Policies National Cross Cutting Reports.

Quintão, Carlota (2007), Empresas de inserción y empresas sociales en Europa, Revista de Economía Pública, Social e Cooperativa, CIRIEC-España, n° 59, Outubro 2007, Valencia.

Quintão, Carlota, Martinho, Ana Luisa; Gomes, Mafalda (2017), Perfil profissional emergente de coaching para a inserção de públicos em situação de vulnerabilidade, atas do XVII Encontro Nacional SIOT “Emprego, desenvolvimento e coesão social: Que perspetivas para a regulação económica e social”, ESCE – Instituto Politécnico de Setúbal, 23 e 24 Novembro 2017.

Spear, Roger (2013), Social entrepreneurship and other models to secure employment for those most in need, Synthesis Report, European Commission.

Spear, Roger; Bidet, Eric (2003), The role of social enterprise in European labour markets, Working Paper n° 03/10.

Stroyan, James (org) (2014), A map of social enterprises and their eco-systems in Europe, Country report: United Kingdom, London: European Commission.

Velden, Maurice (org) (2014), A map of social enterprises and their eco-systems in Europe, Country report: Belgium. London: European Commission.

Vieira, Naldeir; Parente, Cristina; Barbosa, Allan (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.

Yin, Robert (1994), Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.